

**1974-2019**

# **PORTUGAL**

**45 ANOS DE  
DEMOCRACIA**

Coordenador: Adelino Cunha



Universidade  
Europeia



## ÍNDICE

Estado social português: os compromissos históricos das últimas décadas e o pacto social para o futuro <b>Pedro Barbas Homem</b> . . . . .	9
O homem que matou a verdade – as consequências da revolução digital na democracia <b>Adelino Cunha</b> . . . . .	33
De pecado económico a virtude capital: lazer e turismo em Portugal <b>Antónia Correia e Marcelo G. Oliveira</b> . . . . .	59
À procura do Portugal tecnológico: uma reflexão sobre a evolução, actualidade e futuro da tecnologia em Portugal <b>Bruno M. C. Silva</b> . . . . .	83
O património cultural da Europa – Europa unida na diversidade <b>Cristina Caldeira</b> . . . . .	105
O patriotismo e a ideia de Pátria: génese, evolução e actualidade <b>David Pascoal Rosado</b> . . . . .	125
Da ilusão da democratização à realidade da massificação – os cravos de uma revolução no sistema superior de ensino <b>Diana Dias</b> . . . . .	171
A transformação das mentalidades – o conflito como gerador de valores <b>Fernando Ampudia de Haro</b> . . . . .	193

O tempo líquido: 45 anos de ficção (1974–2019)	
<b>Marcelo G. Oliveira</b> . . . . .	215
Arte e Liberdade: Artes Plásticas em Portugal após o 25 de Abril	
<b>Maria Isabel Roque</b> . . . . .	239
Problematizando a Democracia contemporânea: a ocidental e a portuguesa	
<b>Pedro Velez</b> . . . . .	287
Biografias dos Autores . . . . .	309

## APRESENTAÇÃO

Uma universidade é acima de tudo um compromisso incorpóreo entre professores, estudantes e as comunidades onde se inserem e onde atuam. Foi esse o espírito das primeiras instituições de ensino superior em Portugal e foi com esse espírito que atravessaram longos séculos até aos dias de hoje. Um compromisso que vive de um objetivo comum: fazer avançar a ciência e a cultura para assim fazer avançar a sociedade.

É também esse o espírito deste livro coletivo agora publicado pela Universidade Europeia e pela editora Almedina: partilhar conhecimento.

Esta obra reúne os contributos de onze professores da Universidade Europeia, tendo como ponto de observação os 45 anos de regime democrático em Portugal (1974-2019). Os ensaios resultam não apenas da investigação académica desenvolvida pelos docentes, mas também dos diálogos estabelecidos nas salas de aulas com os estudantes. Nasceram do genuíno espírito académico. São por isso ensaios que, tendo sido pensados e escritos por professores universitários, destinam-se aos públicos que se interessam pelo nosso destino coletivo e que gostam de pensar Portugal e pensar Portugal nas dinâmicas do mundo contemporâneo.

Um mundo marcado pela incerteza e pela imprevisibilidade.

Um mundo onde as novas gerações terão de estar preparadas para responder a desafios que serão decisivos para a qualidade da democracia.

É também essa a missão das universidades: preparar para o desconhecido.

As universidades não são apenas locais onde se ensina, onde se aprende e onde se investiga. As universidades são também uma forma de vida. São espaços de liberdade intelectual e de discussão. As universidades

contribuem para a mobilidade social e para a disseminação do saber. São espaços de compromisso com o progresso e de encontro entre culturas e identidades.

Estes ensaios estão por isso mesmo inacabados. É a natureza imperfeita do conhecimento. Estes ensaios são assim propostas de discussão, desafios que apelam à reflexão e à discussão sobre o país que somos e o país que ambicionamos ser.

Trata-se do primeiro livro coletivo publicado pela Universidade Europeia. A universidade privada mais recente em Portugal e simultaneamente uma das mais antigas, na medida em que, tendo sido certificada em 2013, a Universidade Europeia está construída sobre os alicerces do ISLA e do IADE, ou seja, a mais antiga instituição de ensino superior não-público em Portugal e a maior e mais antiga instituição de ensino superior de design.

A Universidade Europeia é uma universidade recente, mas com a enorme responsabilidade da longa história das suas instituições fundadoras.

Este livro coletivo reforça esse compromisso com a sociedade, a ciência e a cultura. Fazer avançar o conhecimento através da discussão sobre o estado social e o ensino superior, a economia e a tecnologia, a cultura e as artes, as pessoas e as mentalidades, os pluralismos e as liberdades.

Estes ensaios discutem o passado da pátria e o futuro da democracia.

Discutir tudo isto, é recusar o presente contínuo.

É olhar para trás sem desviar os olhos do futuro.

Discutir tudo isto, é discutir o nosso futuro coletivo.

É esse o papel das universidades. Promover o conhecimento para fazer avançar a ciência, a cultura e as sociedades.

É também esse a ambição deste primeiro livro coletivo da Universidade Europeia.

Lisboa, *campus* da Quinta do Bom Nome, abril de 2019.

# Estado social português: os compromissos históricos das últimas décadas e o pacto social para o futuro

*Pedro Barbas Homem*

## Introdução

Dois mil e dezanove. Quarenta e cinco anos depois de 1974, as estantes das livrarias e os websites de investigação das universidades estão cheios de livros e de artigos acerca do Estado social.

Os livros têm títulos descritivos – *O Futuro do Estado Social* (Filipe Carreira da Silva, FFMS, 2013) –; alarmistas – *Segurança Social: O Futuro Hipotecado* (Fernando Ribeiro Mendes, FFMS, 2011) –; interrogativos – *Por onde Vai o Estado Social?* (Fernando Ribeiro Mendes e Nazaré da Costa Cabral, Vida Económica, 2014) ou *Quem Paga o Estado Social em Portugal?* (Raquel Varela, Bertrand, 2013) –; hipotéticos – *Cuidar do Futuro: Os Mitos do Estado Social Português* (Pedro Adão e Silva e Mariana Trigo Pereira, Clube do Autor, 2015), para mencionar apenas alguns textos recentes.

O debate é universal: vários estudos, especialmente de natureza sociológica, consideram as metamorfoses do Estado dos nossos dias uma mutação do perfil clássico do Estado social – ou do Estado-providência, Estado de bem-estar social, ou ainda *welfare state*. Mutações que identificam um Estado pós-social, paralelo à sociedade pós-industrial, e apresenta a necessidade de reformulação das funções e organização do Estado como uma exigência das

transformações sociais mais recentes – seja da estrutura demográfica e do envelhecimento populacional, da reformulação das identidades nacionais, ou dos novos projectos de identidade pessoais e de grupos.

Também qualquer programa político tem um receituário específico para o Estado social e a matéria é propícia a radicalismos retóricos entre defensores, críticos, abolicionistas, conservadores, liberais, sociais-democratas e simples ignorantes.

O tema é complexo e em muitos aspectos, especialmente naqueles que se relacionam com o financiamento da segurança social, extremamente técnico.

A construção do modelo social de 1974 até ao presente merece um breve ensaio, num livro dedicado a fazer um balanço crítico dos 45 anos de democracia.

Antecipo uma conclusão: olhando para a história longa de Portugal, um dos mais extraordinários resultados das últimas décadas é precisamente a construção de um Estado social moderno e eficaz. Apesar das muitas críticas que lhe podemos dirigir e da óbvia necessidade de reformas, o consenso histórico das principais forças políticas foi determinante, não apenas para a construção do Estado democrático, mas também para o sucesso do regime.

Na verdade, é este processo que explica a paz social democrática em que vivemos, apesar das crises.

A maior parte das despesas do Estado é hoje em dia gasta com as três áreas sociais: educação, saúde e segurança, e acção social. Em 2007 representavam 16,4% do PIB; em 1972, 1,9% do PIB<sup>1</sup>.

A democracia apenas é bem-sucedida quando existe uma sociedade coesa e justa. A legitimidade do direito e do Estado dependem destas realizações: mais do que a legitimidade pelo procedimento, são as realizações do Estado de direito material na criação de condições para a justiça social e para a realização individual a fonte de legitimidade da democracia.

Contudo, e como veremos, subsistem muitos pontos de interrogação quanto ao *modelo social português*: injusta distribuição de rendimentos; opções erradas em termos de desenvolvimento social e humano; falta de atenção aos mais vulneráveis; desperdício e corrupção.

<sup>1</sup> Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas, *Portugal: Os Números* (Lisboa: FFMS, 2010), 7.

## Lições do passado

Tema clássico da literatura, não apenas da que está politicamente engajada em causas sociais, a vida da sociedade e dos trabalhadores é central nos romances do século xx, e não apenas na estética neo-realista. *Os Pescadores* de Raul Brandão, *Esteiros* de Soeiro Pereira Gomes, *Gaibéus* de Alves Redol, *A Lã e a Neve* de Ferreira de Castro, *Contos da Montanha* de Miguel Torga, para citar apenas alguns autores e textos, descrevem um mundo de pobreza, ignorância, violência e atraso cultural, reflectido em muitos indicadores estatísticos.

A análise weberiana dos tipos ideais de Estado é útil para descrever a evolução das ideias e das estruturas do Estado, mas é necessário entendê-la. Uma leitura clássica opõe Estado liberal a Estado social. Fica a advertência de que se trata de modelos ou tipos ideais.

O liberalismo tinha como primeira preocupação a construção jurídica do Estado, de tal modo que o poder resultasse do direito e fosse por este limitado. A ideia de Estado de direito coincide, portanto, com o nascimento do constitucionalismo e do princípio da legalidade. A liberdade, fundamento do poder, apenas poderia ser limitada por lei – e esta garantia formal ia de par com o fundamento material de que o papel do Estado era, em primeiro lugar, garantir que cada um podia exercer as liberdades previstas como entendesse, desde que não fosse ilegal ou prejudicasse outros.

Outra das primeiras dimensões do Estado de direito é a igualdade perante a lei – actualmente lida como igualdade jurídica. No entanto, a igualdade jurídica significou num primeiro momento, nas sociedades do final do século xviii e início do século xix, muito mais do que mera igualdade formal: trouxe a destruição do modelo de sociedade do Antigo Regime, assente numa rígida estratificação social e, na teoria das fontes de direito, no privilégio. Ainda hoje, todas as disposições constitucionais que consagram o princípio da igualdade proíbem os privilégios de nascimento e outros, reproduzindo um texto que essencialmente vem da Revolução Francesa e de outras revoluções liberais.

A proibição dos privilégios de nobres, clérigos e muitos outros foi uma profunda revolução social face ao Antigo Regime. Mas não destruiu as desigualdades na distribuição da riqueza, as quais foram agravadas pelas transformações económicas, sociais e culturais resultantes da Revolução Industrial do século xix.